

CRIANÇAS PEQUENAS EM VITÓRIA DA CONQUISTA: UMA PROPOSTA DE TRABALHO FORA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

*Ana Lucia Castilhano**

Resumo: Este texto apresenta minha pesquisa de doutorado, em andamento, a qual trata de crianças de zero a quatro anos que estão fora da Educação Infantil em um bairro pobre do município de Vitória da Conquista, BA. Trata-se de um trabalho que parte do interior da Educação Infantil, como campo de estudos da demanda não atendida por vagas na rede de atendimento pública à criança pequena, procurando chegar à infância vivida pela criança pobre que não é alcançada pela educação. Até o momento, foi realizado um levantamento da demanda por creches e pré-escolas na cidade de Vitória da Conquista e houve a entrada em campo para observação da vida diária das crianças em suas casas, abordando como vivem e que atividades realizam em seu ambiente. Este conhecimento privilegiará o contato para conhecer as práticas das crianças no seu dia-a-dia, como brincadeiras e atividades em geral, buscando o registro da infância da criança pequena fora da instituição de Educação Infantil.

Palavras-chave: Criança. Infância. Educação Infantil. Demanda.

* Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb). E-mail: castilhano@yahoo.com.br.

Introdução

Minha pesquisa de doutorado, em andamento, é sobre as crianças de zero a quatro anos que estão fora da Educação Infantil em um bairro do município de Vitória da Conquista, BA. Trata-se de um trabalho que parte do interior da Educação Infantil como campo de estudos, diante da problemática da demanda não atendida por vagas na rede de atendimento pública à criança pequena, procurando chegar à infância vivida pela criança pobre que não é alcançada pela educação. Até o momento foi realizado um levantamento sobre a demanda por creches e pré-escolas na cidade de Vitória da Conquista. A etapa seguinte será um estudo etnográfico em um bairro para conhecer uma parcela da população de crianças que não é alcançada pelas políticas públicas e pelas instituições educacionais, com descrição e análise das crianças pobres de zero a quatro anos que não freqüentam a Educação Infantil, abordando como vivem e que atividades realizam em seu ambiente. Este conhecimento privilegiará o contato para conhecer as práticas das crianças no seu dia-a-dia, como brincadeiras e atividades em geral, buscando o registro da infância da criança pequena fora da instituição de Educação Infantil.

Em geral, a produção científica sobre crianças menores de seis anos se concentra em trabalhos sobre Educação Infantil, estando, portanto, em evidência, uma criança institucionalizada, com características que refletem a política para Educação Infantil em vigor no país. A produção exterior a este campo de pesquisa se concentra na psicologia e, recentemente, na sociologia da infância. A proposta de revisão bibliográfica para esta pesquisa partiu dos textos de educação da criança de zero a seis anos. Conforme dito anteriormente, daí foi detectada a lacuna de conhecimento e o início da construção do campo de pesquisa.

A apresentação da temática parte da questão da demanda não atendida por Educação Infantil, nas instituições municipais de todo o país, o que levanta uma série de preocupações políticas em termos das ações e programas voltados à criança pequena, passando por problemas

de orçamento e organização dos setores governamentais (BARRETO, 2003; GUIMARÃES; PINTO, 2001; MONTEIRO, 2004; CAMPOS, 1999; PASSETTI, 2000, ROSSETTI-FERREIRA, 2002).

Uma outra preocupação se refere à demanda propriamente dita. A este respeito há estudos recentes que abordam tanto a discussão política, incluindo a importância de levantar dados sobre as crianças que estão fora do contexto das creches e pré-escolas no país (KAPPEL; CARVALHO; KRAMER, 2001), como o lado das famílias (MOTA; ALBUQUERQUE, 2002).

O diálogo com a produção na área da Educação Infantil se baseia nos trabalhos discutidos na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), por se tratar de um veículo de produção e síntese do pensamento educacional brasileiro há 28 anos. Do universo de trabalhos do GT 7 da Anped, apenas 3,5% tratam da criança pequena fora do espaço da instituição educacional. Destes, 1,5% tratam especificamente da demanda para a Educação Infantil (FULLGRAF, 2001; 2002; MOTA; ALBUQUERQUE, 2002). Como discussão dos resultados encontrados, pode-se colocar o tema da demanda como recente no GT 7, ainda que, nos textos sobre políticas públicas, os autores façam menção ao problema. Em relação ao conceito de criança fora da escola, os textos selecionados confirmam a utilização da escola como paradigma para compreensão das crianças e dos espaços extra-escolares (como *shopping center* ou brinquedoteca). Este, assim como o tema da demanda, é assunto que deve ser discutido de forma mais sistematizada, inclusive na Anped, que é um espaço fundamental para entendimento da trajetória e de temas pertinentes à educação no Brasil.

Objetivos

Esta pesquisa, então, toma como ponto de partida a questão da demanda por vagas na Educação Infantil, mas se estende para o campo da infância que não foi alcançada pelas políticas públicas. Esta é a especificidade pretendida do trabalho. Procurar ir além da questão da

demanda (ela própria um objeto de pesquisa pouco explorado), para falar de uma possibilidade de infância como muitas que há neste país. Evidentemente, a intenção não é buscar uma generalização, cabendo, em vez disso, um preparo e uma discussão que é metodológica e conceitual.

Neste texto, pretendo mostrar um panorama geral da pesquisa no seu estado atual; pontuar os principais conceitos relacionados ao objeto de estudo em questão; e, finalmente, apresentar alguns direcionamentos metodológicos já organizados.

Em razão da natureza do objeto de pesquisa (crianças residentes em um bairro periférico em Vitória da Conquista), um dos primeiros procedimentos para a concretização do projeto foi um levantamento bibliográfico sobre pobreza. O objetivo era operacionalizar os conceitos e localizar a questão da pobreza em meio à discussão da infância e das políticas públicas em Educação Infantil. Este levantamento bibliográfico possibilitou uma compreensão significativa das variáveis econômicas e políticas implicadas na questão da infância e do atendimento à criança pequena. No entanto, apesar de enveredar por diversos estudos que abordam a questão do conceito e ações sociais e políticas para a constituição e erradicação da pobreza (ALENCAR, 2004; HAHNER, 1993; MAGALHÃES, 1994; MONTEIRO, 2004; PENN, 2002), a opção foi não categorizar, a fim de “limpar o terreno”, na tentativa de chegar às pessoas sem rótulos anteriores. Joan Scott (1998) propõe uma recusa ao essencialismo como forma de desnaturalizar as categorias e possibilitar o desvendar de seu processo de construção considerado como histórico sempre. Em sua concepção, as categorias são mutáveis, assim como as possibilidades de pensar as pessoas. No caso das crianças e suas famílias, procura-se abrir espaço para compreender a sua diversidade em meio à normatividade social. Sobre a questão da categorização da criança pequena e de sua família neste estudo, procuram-se formas de prescindir do conceito de pobreza na sua abordagem, mesmo que seja necessário rever esta decisão. Acreditamos que isso facilite tanto a entrada em campo, como a possibilidade de despir, no pesquisador, alguns conceitos

prévios sobre o tipo de infância que as crianças levam nos bairros periféricos.

Marisa Peirano (2002, p. 18), falando em favor da etnografia, alerta para o fato de que “é importante, então, reter a idéia de que as observações são realizadas não só para descrever o curioso, o exótico, ou o diferente por si mesmos (pelo natural interesse que despertam), mas, também e principalmente, para universalizá-los”.

Então, não se trata de procurar o que há de diferente na criança que está fora da Educação Infantil, assim como nas práticas de suas famílias. Trata-se de registrar o seu modo de vida, sua visão da educação e do mundo. Como exemplo deste tipo de proposta, podemos citar o trabalho coordenado por José de Souza Martins (1991), **O Massacre dos Inocentes**. Este livro reuniu sete estudos sobre a vida e a situação das crianças consideradas “sem infância” no Brasil. Os relatos dos pesquisadores apresentam visões das crianças sobre a situação de suas famílias, de seu futuro, de sua relação com a escola, em um contexto de vida onde, muitas vezes, o trabalho infantil se sobrepõe às necessidades de ir para a escola.

Consideramos como principal pressuposto que orienta a realização desta pesquisa a idéia de infância como uma categoria construída historicamente, e sobre a qual se “construiu um conjunto de representações sociais para a qual se estruturam dispositivos de socialização e controle que a instituíram como categoria social própria” (SARMENTO; PINTO, 1997).

Kuhlmann Júnior e Fernandes (2004, p. 17) compreendem a infância como “a concepção ou a representação que os adultos fazem sobre o período inicial de vida, ou como o próprio período vivido pela criança, o sujeito real que vive essa fase da vida”. Então, ao falar da história da infância, está-se falando da história das relações entre crianças e entre crianças e adultos, uma história de adultos que se relaciona com essa classe de idade (crianças). Trata-se de uma história que não é narrada na primeira pessoa, mas por um conceito arbitrário do que é infância, dentro de várias possibilidades, contextos e variáveis. Assim,

A infância é um discurso histórico cuja significação está consignada ao seu contexto e às variáveis de contexto que o definem. Semelhantes contextos são de natureza econômica, social, política, cultural, demográfica, pedagógica, etc. É indispensável discernir quais dessas variáveis são de fato atuantes em cada conjuntura e são, conseqüentemente, pertinentes na delimitação do território em causa (KUHLMANN JR.; FERNANDES, 2004, p. 29).

Por esta e por razões de aproximação metodológica com a antropologia, nos amparamos na discussão da sociologia da infância a fim de dialogar sobre que criança e que infância estão em jogo nesta proposta. Na definição de Manuel Sarmiento (2005, p. 363), a sociologia da infância:

Propõe-se a interrogar a sociedade a partir de um ponto de vista que toma as crianças como objeto de investigação sociológica por direito próprio, fazendo crescer o conhecimento não apenas sobre a infância, mas sobre o conjunto da sociedade globalmente considerada.

Sendo assim, o principal esforço teórico da sociologia da infância é organizar uma mudança de perspectiva, de paradigma, uma vez que as interpretações da ciência moderna predominaram por tematizar as crianças como em estado de transitoriedade, de dependência. A proposta da sociologia da infância é, então, considerar a alteridade da infância como elemento da realidade, partindo de uma análise das crianças como atores sociais, sem os limites interpretativos da ciência (SARMENTO, 2005). Estes limites certamente ultrapassam a questão metodológica (bastante discutida pelos pesquisadores da infância na atualidade), mais dramática ainda no caso das pesquisas com crianças pequenas, por conta da necessidade de encontrar formas de comunicação para além da linguagem falada. Metodologias que se propõem a deixar a criança “falar” por si, dar a sua contribuição, a sua visão de mundo, são propostas recentes e ainda em construção. São exemplos os trabalhos de William Corsaro (2005), Cléopâtre Montandon (2005), Priscilla Alderson (2005). No Brasil, podem-se citar os trabalhos de Patrícia Dias Prado (1998), Márcia Gobbi (2002), Jucirema Quinteiro (2002), dentre outros.

Metodologia

Aos poucos, os estudos sobre a criança atingem metas conceituais e necessidades metodológicas de dar conta dos múltiplos contextos nos quais ela se insere. Com a alteração, nas duas últimas décadas, da abordagem do objeto de pesquisa criança, indivíduo que possui uma determinada infância, o campo de estudos no Brasil tem se organizado para tentar traçar rumos conforme a diversidade de temas, de tipos de vida das crianças brasileiras, algumas com condições de vida muito aquém do aceitável. Um problema identificado no estudo da infância ainda é a dificuldade dos pesquisadores de trabalhar em uma perspectiva teórica que dê conta de seus objetos (QUINTEIRO, 2002).

A problemática para o trabalho com a criança pequena ou para compreender e registrar a visão de mundo das crianças certamente não se resume à questão metodológica. Há uma questão de fundo, epistemológica, relativa ao próprio pensamento iluminista que tem determinado, ao longo de praticamente quatro séculos, que idéias são legítimas ou não; que tipo de linguagem e pensamento pode ser considerado aceitável, compreensível ou não. As crianças e outras categorias “marginais” (do ponto de vista da racionalidade) foram criadas e mantidas no rastro deste processo de composição de uma sociedade que criou instituições específicas para normatizar a linguagem e o pensamento das pessoas (FOUCAULT, 1998). Com o Iluminismo, um tipo de racionalidade foi eleito em detrimento de outras possibilidades. Somente esta, gerada pelo controle do corpo e pela disciplina do pensamento, é considerada legítima. Então, uma vez eleita esta racionalidade como ideal, a modernidade organizou uma série de mecanismos para incluir todos nesta lógica, as crianças em especial, porque se descobriu a infância como fase de transição para a vida adulta. Entra aí a escola como instituição que tem em seu alicerce a idéia da formação de um adulto, um determinado tipo de adulto, o “normal” (WARDE, 1997). A escola é discutida por muitos autores como a instituição de base deste processo de constituição de um pensamento racional, iluminista.

Carlota Boto (2002, p. 14) organizou um texto cujo objetivo foi “procurar vestígios da construção da categoria aluno como a grande referência de compreensão da criança construída pela modernidade”. Neste trabalho, a autora apresenta uma reflexão sobre a idéia de civilidade, o impacto das letras (leitura) e as regras da escola como pontos fundamentais na formação das categorias infância, criança e aluno.

Colin Heywood (2004) considera a infância e a criança como constructos sociais enganosamente simples. Para o autor, há um processo de influência mútua entre o novo paradigma das ciências sociais e a historiografia da infância (encabeçada por Ariès) que é positivo. Este diálogo pode desenvolver possibilidades novas no estudo da infância de modo a ultrapassar os obstáculos encontrados nas pesquisas com crianças. Tais obstáculos viriam de uma concepção de criança como imatura e irracional, em um mundo que é absolutamente contrário a isso.

Claude Javeau (2005, p. 379) propõe, para o incremento do estudo da infância, a definição de “campos semânticos” nas ciências sociais, “capazes de alimentar e aceitar a emergência de objetos de pesquisa específicos”. Neste processo, os apuramentos conceituais e as provas empíricas (de qualquer natureza), alimentariam o percurso heurístico do campo de estudos da infância. Mariza Peirano (2002, p. 22) afirma que “a antropologia não se reproduz como ciência normal de paradigmas estabelecidos, mas por uma determinada maneira de vincular teoria e pesquisa, de modo a favorecer novas descobertas”. Neste sentido, o contato do pesquisador com seu campo pode se mostrar como um encontro de diferenças e semelhanças, em que “nossas diferenças são constituídas às avessas”. Para a autora, trata-se de perguntar qual a nossa especificidade, em que somos peculiares e o que nos separa ou distingue.

Quinteiro (2002, p. 26), que considera os métodos etnográficos “particularmente úteis para o estudo da infância”, chama a atenção para a necessidade de os pesquisadores problematizarem os dados e descreverem os elementos constitutivos do processo de “recolher” a voz da criança. Da mesma forma, a discussão dos dados sobre a criança,

ainda mais diante das mudanças anunciadas na metodologia, tem sido algo cada vez mais complicado, em razão da dificuldade teórica para a sua explicação. A psicologia já não parece adequada para transitar por muitos assuntos referentes à criança, ainda mais quando a proposta é abordar as múltiplas crianças e infâncias possíveis.¹

Então, trata-se de estudar a criança em outro ambiente que não a escola, na verdade, em seu ambiente de vida, anterior à instituição normativa educacional. Ainda que se possa atribuir à Educação Infantil a função de inserir a criança em um mundo de convivência com outras crianças, de aprendizado sobre sua própria vida, com investimento das políticas públicas para a infância em respeito aos seus direitos (KRAMER, 2003), há um aspecto de normalização sobre o que significa ser criança, sobre a idéia de uma infância comum, que contradiz o que existe na realidade: crianças com múltiplas possibilidades e arranjos econômicos e familiares, com formas inusitadas (para quem não as conhece) de mobilidade geográfica, expectativas de vida que podem diferir daquilo que a escola prega como ideal. De qualquer maneira, estaremos falando de um tipo de criança brasileira, em um contexto mais amplo de construção do objeto infância pelo esforço dos pesquisadores para falar dele em suas pesquisas.

Conforme já foi dito anteriormente, esta é uma aproximação com a proposta da sociologia da infância que ganha ares no Brasil já com resultados publicados na Anped e em periódicos nacionais. Há trabalhos que relatam, dentro da escola, a opinião das crianças sobre a sua instituição (MÜLLER, 2003; REIS, 2002; OLIVEIRA, 2001) e que entram no campo dos trabalhos que procuram levantar as “vozes” das crianças. Há também pesquisas que relatam lugares freqüentados por crianças e expõe os modos de brincar, assim como a organização que lhe é oferecida nesses espaços (shopping center, brinquedotecas são os principais). Nestes casos, embora não haja um contato estreito entre o pesquisador e a criança, a observação pode trazer um conteúdo da

¹ A respeito do vínculo histórico da psicologia com a educação e a criança aprendiz na escola, ver o texto de Mirian Jorge Warde (1997).

realidade infantil que pode ser útil para compreender um pouco do cotidiano da criança em meio a um mundo governado por adultos.

Discussão

A pesquisa possui duas fases. A primeira delas, praticamente concluída, compreende o levantamento dos dados das crianças pequenas de Vitória da Conquista e das creches públicas (municipais e conveniadas) que atendem a uma parcela delas. Diante da falta de informações sobre a questão é que se torna necessário nos deter na situação de demanda dos bairros que possuem creche, a fim de compreender um pouco a relação desta instituição com as famílias, com a política de atendimento à criança pequena.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) divulga em seu site na Internet o documento intitulado “Desafios do Plano Nacional de Educação”, no qual considera a Educação Infantil como um dos maiores desafios do Plano Nacional de Educação (PNE), uma vez que propõe elevar de 756 mil, para 4,3 milhões, o número de crianças atendidas em creches no país até a ano de 2011. Na pré-escola, o atendimento, que atualmente ultrapassa 3,9 milhões de crianças, deverá chegar a 7,2 milhões.

A respeito das políticas públicas para a criança pequena, em geral, o quadro apontado é o mesmo: a evolução da legislação (Constituição de 1988, LDB de 1996, principalmente) está em contraponto com a dificuldade de operacionalização dos programas e ações voltados para esta faixa etária, seja por questões orçamentárias, seja por divisão de objetivos entre os setores governamentais. Barreto (2003, p. 59) chama a atenção para a quase ausência da criança de zero a seis anos na política educacional do governo federal. Tal ausência é percebida, por exemplo, “no Plano Plurianual 2000-2003, em que a educação infantil não apresenta sequer o *status* de programa, ao contrário dos outros níveis de ensino e, até mesmo, das modalidades de ensino”.

Vitória da Conquista se localiza no Centro-Sul baiano, possui uma população de 262.494 pessoas no censo de 2001, com estimativa para o ano de 2004 de 281.684 pessoas (dados do IBGE). A renda *per capita* média do município era de R\$ 204, 90 em 2000, com uma proporção de pobres de 41,8% (ATLAS..., 2005). O acesso da população aos serviços básicos cresceu nos últimos 10 anos, tendo a porcentagem de domicílios urbanos com água encanada aumentado de 61,3% em 1991, para 74,7% em 2000. A de energia elétrica de 87,3% em 1991, para 93,7 em 2000; e de coleta de lixo de 81,0% para 94,4% no mesmo período.

Os especialistas no estudo e discussão da pobreza concordam que não é apenas o acesso da criança à alimentação que determina ou afeta o seu desenvolvimento, mas, certamente, as condições de higiene e saneamento. Esta preocupação está presente nos textos que tratam do assunto. De acordo com Monteiro (2004, p. 88), o risco de desnutrição no país está ligado também à cobertura de serviços públicos de saúde, educação e saneamento, além da renda. Daí, a desvantagem histórica das regiões Norte e Nordeste.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)² de Vitória da Conquista em 2000 era de 0,708. De acordo com avaliação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o município é considerado como região de médio desenvolvimento (IDH entre 0,5 e 0,8), ocupando um lugar médio quando em comparação com os demais municípios do país (51% deles em melhor posição, contra 48% em pior ou igual situação). Comparando Vitória da Conquista com outros municípios do Estado da Bahia, sua posição é a 18ª, sendo considerados, entre os de melhor situação, 4,1% do total de municípios, contra 95,5% em situação igual ou pior.

A população de zero a quatro anos no município de Vitória da Conquista em 2001 era de 25.195 crianças, das quais 20.304 com idades de zero a três anos e 4.891 com quatro anos. Dados do Inep (2004) informam que foram efetuadas 5.749 matrículas no ensino pré-escolar:

² Publicado em 1998, o índice é organizado segundo as dimensões de renda, educação, infância, habitação e longevidade da população. Disponível em: <<http://www.undp.org.br/HDR/Atlas.htm>>.

244 na rede pública estadual; 1.382 na rede pública municipal, e a grande maioria no ensino privado, com 4.123 matrículas. As 5.749 matrículas no ensino pré-escolar se distribuem em duas instituições estaduais, 32 municipais e 104 pré-escolas do ensino privado.

Pode-se chegar facilmente ao cálculo de 19.446 crianças de zero a quatro anos que não foram matriculadas em instituições de Educação Infantil, sejam elas creches ou pré-escolas. Em porcentagens, teremos (de acordo com dados do IBGE de 2003): 40% das crianças de zero a seis anos que são atendidas pela Educação Infantil têm 6 anos, e somente 15% estão na faixa de zero a três anos. Assim, este é um dos motivos para a escolha da faixa etária de zero a quatro anos como população para este projeto de pesquisa, uma vez que são as crianças que, de acordo com os dados, estão fora da instituição educacional.

De acordo com informação da Secretaria de Desenvolvimento Social de Vitória da Conquista, as creches municipais e conveniadas atendem hoje a 2.558 crianças,³ em um total de nove creches conveniadas e nove creches municipais. Destas creches, somente uma presta atendimento a crianças menores de dois anos, contando com um berçário com cerca de quinze crianças de um ano. Então, pode-se dizer que praticamente todo o atendimento público no município de Vitória da Conquista é voltado para crianças na faixa de dois a seis anos. A idade limite também varia de acordo com a creche, e, em geral, de acordo com as relações desta com a escola próxima, que recebe a criança, muitas vezes ainda na pré-escola.

Em Vitória da Conquista, as creches estão sob a jurisdição da Secretaria de Desenvolvimento Social. Como há pré-escolas que funcionam em escolas do Ensino Fundamental, e outras que funcionam em creches, há também uma clara divisão de metas, objetivos e metodologias. Esta situação é comum em todo o país, e não atende à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que determina o uso do nome creche para as instituições que recebem crianças e zero a três anos e pré-escola para aquelas de quatro a seis anos, ambas como

³ Dados informados no mês de setembro de 2005.

parte da chamada Educação Infantil. Este fato gera dificuldades para realizar uma análise mais detalhada uma vez que não se associa o tipo de educação, de trabalho realizado, à idade da criança. (KAPPEL; CARVALHO; KRAMER, 2001). Da mesma forma, o que em um determinado texto pode ser referente à creche, em outro pode ser atribuído à pré-escola ou mesmo ao Ensino Fundamental, uma vez que é comum matricular crianças de cinco anos neste nível de ensino. Guimarães e Pinto (2001, p. 96) também levantam a questão da nomenclatura e sugerem a sua regularização. Segundo eles, “não há porque se manter o uso de expressões para identificar, de forma diferenciada, o que está definido na legislação”.

Em um estudo na cidade de Vitória da Conquista sobre as políticas públicas para a Educação Infantil, Brandão (2004) demonstrou que não há dados sobre a demanda de vagas para esta etapa da Educação Básica, assim como sobre o número de crianças em idade de zero a cinco anos que estão fora das instituições de atendimento à criança pequena. No entanto, este não é um problema específico desta administração ou da região. Os dados a respeito dessas crianças são obscuros de um canto a outro do país, uma vez que as Secretarias de Educação não procuram identificar a demanda, ou atribuem esta função ao governo estadual, federal, entre outras instâncias. Guimarães e Pinto (2001) afirmam que, justamente nas regiões mais pobres do país, a responsabilização dos municípios pelo Ensino Fundamental avançou. Segundo os autores, a Constituição de 1988 não torna os municípios os únicos responsáveis pelo atendimento ao Ensino Fundamental e à Educação Infantil. O Art. 211 fala em colaboração entre a União, os Estados e os Municípios para garantir o direito à educação.

Quanto à situação da demanda, nem todas as creches mantêm listas de espera, e muitas desconhecem a demanda, além de constatarem que “é grande”. A principal razão declarada para desistirem da lista de espera é a dificuldade para lidar com a frustração das comunidades e da própria creche.⁴ Algumas diretoras mantêm suas listas guardadas ou tentam segui-las na atribuição de vagas quando há alguma criança desistente.

Há variação de idades no fluxo da demanda por bairro. Em alguns, a maior demanda é para crianças de quatro anos. Em outros, a demanda significativa é para crianças de dois anos e assim por diante. Seria interessante um levantamento das razões para estas diferenças, que podem variar, desde a dificuldade de encontrar quem fique em casa com crianças de quatro anos,⁵ até mesmo as necessidades das mães de filhos de dois anos de retornarem ao trabalho depois da maternidade. Este estudo não será feito nesta proposta de pesquisa.

As informações sobre demanda foram valiosas na composição de um quadro para definir o bairro a ser estudado no trabalho etnográfico. A próxima etapa será a entrada em campo com as crianças de um bairro para o levantamento das informações sobre sua infância.

SMALL CHILDREN IN VITÓRIA DA CONQUISTA: WORKING OUT OF THE CHILD SCHOOL

Abstract: This paper presents discussing about infants and children that are not inside child education institutions. These children belong to a poor place in Vitória da Conquista-BA. This is a discuss that comes from inside of child education as a study field about non attending demand for public assist, until shows a kind of infancy living by poor children which are not assisted by government programs. The methodology used includes a studying about demand for child care and child education. Includes also notes of a methodology of research field observing children daily lives in their homes showing how they live and what activities they can do in their environment. This kind of knowledge intents to favor the contact to know about the practice of children in their lives, like playing games, searching for some mark of small children infancy that is out of child education.

Key Words: Child. Infancy. Child Education. Demand.

Referências Bibliográficas

ALDERSON, Priscilla. Crianças como pesquisadoras: os efeitos dos direitos de participação na metodologia da pesquisa. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 91, p. 419-442, maio/ago. 2005.

⁴ Dados levantados em entrevistas com diretoras de creches municipais e conveniadas.

⁵ Segundo uma das diretoras, esta seria a principal razão para a demanda por vagas para crianças de quatro anos (sua creche possui quatro turmas desta idade): a dificuldade das avós de “darem conta” de crianças mais velhas, que já saem sozinhas e buscam “novidades” na vizinhança, se afastando de casa.

ALENCAR, José Sydrião. Fome e pobreza e o desenvolvimento do Nordeste. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis; ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti. (Org.). **A nova geografia da fome e da pobreza**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004. p. 109-124.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Perfil Municipal – Vitória da Conquista (BA)**. Disponível em: <<http://www.undp.org.br/HDR/Atlas.htm>>. Acesso em 12 jan. 2005.

BARRETO, Ângela Maria Rabelo Ferreira. A educação infantil no contexto das políticas públicas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, set./dez. 2003.

BOTO, Carlota. O desencantamento da criança: entre a Renascença e o Século das Luzes. In: FREITAS, Marcos Cezar; KUHLMANN JR., Moisés. (Org.). **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez. 2002. p. 11-60.

BRANDÃO, Isabel Cristina de Jesus. **Políticas públicas em Educação Infantil**. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Área de Metodologia do Ensino, UFSCar, São Carlos, 2004.

BRASIL. Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1998.

CAMPOS, Maria Malta. A mulher, a criança e seus direitos. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 106, p. 117- 127, mar. 1999.

CORSARO, William. Entrada no campo, aceitação e natureza da participação nos estudos etnográficos com crianças pequenas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 91, p. 443-464, maio/ago. 2005.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. 18. ed. Trad. de Raquel Ramalhte. Petrópolis: Vozes, 1998.

FULLGRAF, Jodete Bayer. Direitos das crianças à Educação Infantil: inclusão ou exclusão? In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 24., 2001, Caxambu. **Anais...** Caxambu, 2001. CD-Rom Comemorativo 25 anos da Anped.

_____. Direitos das crianças à Educação Infantil: um direito de papel. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 25., 2002, Caxambu. **Anais...** Caxambu, 2002. CD-Rom Comemorativo 25 anos da Anped.

GOBBI, Márcia. Desenho infantil e oralidade: instrumentos para pesquisa com crianças pequenas. In: FARIA, Ana Lucia Goulart de; DEMARTINI, Zeila de Brito; PRADO, Patrícia Dias. (Org.). **Por uma cultura da infância:** metodologias de pesquisa com crianças. Campinas: Autores Associados, 2002.

GUIMARÃES, José Luiz; PINTO, José Marcelino Rezende. A demanda pela Educação Infantil e os recursos disponíveis para o seu financiamento. **Em Aberto**, Brasília, v. 18, n. 74, p. 92-105, dez. 2001.

HAHNER, June. **Pobreza e política:** os pobres urbanos no Brasil – 1820/1920. Trad. Cecy R. Maduro. Brasília: Editora da UnB, 1993.

HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância:** da Idade Média à época contemporânea no Ocidente. Tradução de Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2004.

JAVEAU, Claude. Criança, infância(s), crianças: que objetivo dar a uma ciência social da infância? **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 91, p. 379-390, maio/ago. 2005.

KAPPEL, Maria Dolores; CARVALHO, Maria Cristina; KRAMER, Sônia. Perfil das crianças de 0 a 6 anos que freqüentam creches, pré-escolas e escolas: uma análise dos resultados da pesquisa sobre padrões de vida/IBGE. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo: Autores Associados, n. 16, jan./abr. 2001.

KRAMER, Sônia. Prefácio. In: BASÍLIO, Luiz Cavalieri; _____. **Infância, educação e direitos humanos.** São Paulo: Cortez, 2003.

KUHLMANN JÚNIOR, Moysés; FERNANDES, Rogério. Sobre a história da infância. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes. (Org.). **A infância e sua educação:** materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MAGALHÃES, Antônio Rocha. A solução pela comunidade: desenvolvimento e participação. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis; ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti. (Org.). **Modernidade e pobreza.** São Paulo: Nobel, 1994. p. 163-186.

MARTINS, José de Souza. (Org.). **O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil.** São Paulo: Hucitec, 1991.

MONTANDON, Cléopâtre. As práticas educativas parentais e a experiência das crianças. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 91, p. 485-508, maio/ago. 2005.

MONTEIRO, Carlos Augusto. Pobreza, desnutrição e fome no Brasil: implicações para políticas públicas. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis; ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti. (Org.). **A nova geografia da fome e da pobreza.** Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

MOTA, Maria Renata Alonso; ALBUQUERQUE, Simone Santos de. Demanda por Educação Infantil no Município do Rio Grande, RS. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 25., 2002, Caxambu. **Anais...** Caxambu, 2002. CD-Rom Comemorativo 25 anos da Anped.

MÜLLER, Fernanda. Infâncias nas vozes das crianças: culturas infantis, trabalho e resistência. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 26., 2003, Caxambu. **Anais...** Caxambu, 2003, CD-Rom.

OLIVEIRA, Alessandra Mara Rotta de. Com olhos de criança: o que elas falam, sentem e desenham sobre sua infância no interior da creche. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 24., 2001, Caxambu. **Anais...** Caxambu, 2001. CD-Rom Comemorativo 25 anos da Anped.

PASSETTI, Edson. Crianças carentes e políticas públicas. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). **História das crianças no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2000.

PRADO, Patrícia Dias. Creche, brincadeira e antropologia: um trio instigante numa experiência de pesquisa em Educação Infantil. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 20., 1998, Caxambu. **Anais...** Caxambu, 1998. CD-Rom Comemorativo 25 anos da Anped.

PENN, Helen. Primeira infância: a visão do Banco Mundial. **Cadernos de Pesquisa**, Campinas: Autores Associados, n. 115, p. 7-24, mar. 2002.

PEIRANO, Marisa. **A favor da etnografia.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

QUINTEIRO, Jucirema. Infância e educação no Brasil: um campo de estudos em construção. In: FARIA, Ana Lucia; DEMARTINI, Zeila; PRADO, Patricia. (Org.). **Por uma cultura da infância:** metodologias de pesquisa com crianças Campinas: Autores Associados, 2002.

REIS, Magali. Ela ficava fazendo cerimônia!!! Entrevistando jovens, falando da infância. In: FARIA, Ana Lucia Goulart de; DEMARTINI, Zeila de Brito; PRADO, Patricia Dias. **Por uma cultura da infância:** metodologias de pesquisa com crianças. Campinas: Autores Associados, 2002.

ROSSETI-FERREIRA, Maria C. Políticas de atendimento à criança pequena nos países em desenvolvimento. **Cadernos de Pesquisa**, Campinas: Autores Associados, n. 115, p. 65-100, mar. 2002.

SARMENTO, Manuel Jacinto; PINTO, Manuel. As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo. In: _____. (Coord.). **As crianças:** contextos e identidades. Braga Portugal): Universidade do Minho; Centro de Estudos da Criança, 1997.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 91, p. 361-378, maio/ago. 2005.

SCOTT, Joan W. A invisibilidade da experiência. Tradução de Lúcia Haddad. **Projeto história**, São Paulo, n. 16, fev. 1998.

UNESCO, FUNDAÇÃO BANKBOSTON. **Desenhos Familiares:** pesquisa sobre famílias de crianças e adolescentes em situação de rua. Coord. de Maria Filomena Gregori. São Paulo: Alegro, 2001.

WARDE, Mirian Jorge. Para uma história disciplinar: psicologia, criança e pedagogia. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). **História social da infância no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.